

**DINÂMICAS TURÍSTICAS NA REGIÃO DE TRÁS-OS-MONTES: ANÁLISE DA OFERTA E  
PROCURA TURÍSTICA NO DISTRITO DE BRAGANÇA**

José Paulo Ribeiro de Castro \*

Maria Patrocínia Correia \*\*

Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Comunicação, Administração e  
Turismo de Mirandela

\*([castrogeo@ipb.pt](mailto:castrogeo@ipb.pt)); Telefone: +351.278201340

\*\*([mferreira@ipb.pt](mailto:mferreira@ipb.pt)); Telefone: +351. 278201340

**Resumo**

A actividade turística é responsável pela mobilidade de grandes contingentes de pessoas que se deslocam dos seus espaços habituais para outros locais à procura de novas experiências e realidades que satisfaçam as suas necessidades enquanto visitantes, excursionistas ou turistas. As escolhas destes visitantes dependem de um conjunto de considerações económicas. Ao escolher para onde viajar e o que visitar o visitante recorre a um processo de tomada de decisões económicas regionais importantes. Estas decisões potenciam, pela aquisição de serviços turísticos, rendimento, emprego e podem contribuir para o desenvolvimento regional e local.

Neste contexto, a análise de oferta e procura turística de uma região reveste-se de grande importância para a definição de estratégias de desenvolvimento turístico.

É neste âmbito que se desenvolve o presente estudo, com o propósito de observar a distribuição espacial da oferta e procura turística no distrito de Bragança, na Região de Trás-os-Montes. No que concerne a domínio, será analisada informação sobre os estabelecimentos hoteleiros, capacidade de alojamento, tipologia de estabelecimentos, dormidas, hóspedes, entre outros.

Considera-se que o presente estudo é relevante sob vários aspectos. Do ponto de vista económico, ele oferece uma contribuição à análise dos efeitos do turismo no desenvolvimento regional de Trás-os-Montes.

Palavras-chave: Turismo, oferta e procura turística

**Introdução**



## **16º Congresso da APDR**

**Universidade da Madeira, Funchal**

**Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010**

O turismo é um dos fenómenos sociais que mais marcaram a sociedade actual nas últimas décadas e que atingiu especial relevo na segunda metade do século passado. Reflecte os avanços e o desenvolvimento da humanidade e, acima de tudo, converteu-se num dos principais sectores socioeconómicos do mundo (Vieira, 1997).

Em Portugal, a actividade turística teve o seu grande impulso após a década de sessenta, do século passado, para o qual contribuiu, entre outros factores, o desenvolvimento das regiões costeiras do Sul e a melhoria do parque hoteleiro que se foi incrementando em todo o país.

A evolução do turismo alicerçou-se sobretudo, na exploração das estâncias balneares que constituíam uma das modalidades que mais visitantes e turistas cativou. Desde a Costa do Estoril, passando pela Figueira da Foz e Póvoa de Varzim e, mais tarde, a Costa Algarvia, o turismo português desenvolveu-se, inicialmente, em torno destas regiões. Mais recentemente, começou a incorporar outras modalidades que contribuíram muito para o seu engrandecimento, nomeadamente o turismo em espaço rural, o turismo natureza e o termalismo, este, agora, modernizado e em fase de reafirmação após um período de perda de importância em favor das outras modalidades.

No território português, algumas regiões estão a tornar-se importantes destinos turísticos, não só pela qualidade do ambiente mas, também, pelos serviços que são prestados pelos promotores turísticos, que oferecem uma variedade de produtos que podem competir com regiões turísticas mais tradicionais e estabilizadas, nomeadamente a gastronomia, património natural e património cultural.

A presente comunicação tem como principal objectivo, como já afirmamos, analisar a oferta e procura turística no distrito de Bragança, na região de Trás-os-Montes. A informação apresentada refere-se ao número de estabelecimentos hoteleiros, capacidade de alojamento e tipologia de estabelecimentos, no lado da oferta. Relativamente à procura turística será apresentada informação relativa às dormidas, permanência média e taxa de ocupação.

Para a concretização dos objectivos procedeu-se à recolha de informação estatística no Instituto Nacional de Estatística.



## 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

Far-se-á, inicialmente, uma abordagem teórica sobre o fenómeno turístico no que concerne às principais características que este encerra. Numa segunda parte seguir-se-á uma caracterização das dinâmicas turísticas no distrito de Bragança nos diversos domínios e indicadores anteriormente referidos. Finalizamos com algumas considerações sobre a exposição que elaboramos.

### **Turismo – Fenómeno transversal**

“Viajamos por longas estradas e cruzamos águas para ver aquilo em que não prestamos atenção quando está sob os nossos olhos. Isso acontece porque a Natureza colocou as coisas de forma a que saíamos em busca do que está muito distante e permaneçamos indiferentes ao que está próximo, ou porque qualquer desejo perde a sua intensidade quando é satisfeito com facilidade, ou porque deixamos para depois o que quer que possamos ver a qualquer momento, sabendo que o veremos muitas vezes. Qualquer que seja a razão, há uma série de coisas [e motivos] na nossa cidade e arredores das quais nem ouvimos falar e muito menos vimos. Mesmo assim, se elas estivessem no Egipto ou na Ásia... teríamos ouvido falar delas, lido a seu respeito, olhando para tudo o que há para ver.” (Plínio, O jovem, século II D.C. citado por Costa, Rita e Águas, 2001:14)

Escrever sobre qualquer tema, seja Geografia, História, Sociologia ou outra qualquer ciência, corre-se o risco de cometer descuidos, omissões involuntárias ou bem intencionadas que decorrem da própria amplitude e complexidade da matéria. Quando se trata de escrever sobre o turismo, fenómeno tão mutável e sujeito a alterações constantes, a tarefa é igualmente feita com riscos.

Podemos considerar a história das viagens quase tão antiga como a do próprio homem. Da mesma forma o podemos afirmar relativamente ao turismo.

O turismo ou a prática de viajar terá sempre existido uma vez que faz parte da natureza humana deslocar-se por gosto, por curiosidade e pelo prazer de descobrir outras pessoas, culturas, outros lugares, novas paisagens, etc. Esta vontade de se movimentar, também, pode ser encarada sobre o ponto de vista económico, da conquista de novos lugares, busca de bens para a subsistência ou por razões de sobrevivência e de segurança.

Considerado por tudo isto um fenómeno antigo e praticado pelas mais remotas civilizações e povos que já efectuavam actividades relacionadas com viagens.



## 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

Quando o homem adquiriu uma situação de maior sedentarismo continuou a sentir necessidade de mobilidade. As primeiras deslocações conhecidas na antiguidade que se relacionam com aspectos não ligados a guerras, comerciais, mas por motivações recreativas eram de ordem religiosa, peregrinações, visitas a centros curativos e, ocasionalmente, as deslocações a grandes eventos culturais ou desportivos (Blasco, 2001:33).

É difícil determinar uma data exacta para o aparecimento do turismo. Contudo alguns autores apontam para que possa ter surgido com os Sumérios (Babilónicos) há cerca de 6000 anos A.C. (Cunha, 1997 – Goeldner, Ritchie, McIntosh, 2000).

A investigação revela, também, que já nas diversas civilizações e grandes impérios como os Egípcios, Fenícios, Gregos e Romanos, os seus povos, realizaram grandes viagens. Estas tornaram-se uma prática comum com o aparecimento da agricultura intensiva, o surgimento de cidades e circuitos comerciais e a necessidade de administrar extensos territórios conquistados pelos diferentes povos.

Na evolução histórica, a viagem ou *Tour*, no seu conceito moderno, teve início no século XVIII quando apelidaram de turista todos aqueles que viajavam por simples prazer de conhecer novos locais ou aumentar os seus conhecimentos. O vocábulo (*Tourist*, Turista) é, então, no século XVIII e seguintes, disseminado por toda a Europa (Cunha, 1997).

Uma característica interessante da “*Grand Tour*” era o seu aspecto convencional e regular que, normalmente, tinham a duração de três anos, com que se efectuavam estas viagens.

Da “*Grand Tour*” aristocrático dos séculos XVII e XVIII deu-se o passo para a era industrial que permitiu e tornou acessíveis as viagens para a emergente classe média. Mas para que o turismo pudesse ter o desenvolvimento verificado foi necessária a ocorrência de mudanças económicas, sociais e tecnológicas na sociedade.

O período após 1950 é considerado por diversos autores como o do grande “*Boom*” turístico. De facto a história fornece informação que permite concluir que o turismo cresceu mais, a partir desta data, do que em toda a história antecedente. Foi um período



## 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

de crescimento massivo e de democratização do turismo principalmente nos países industrializados e mais ricos do mundo.

A complexidade que o fenómeno turístico apresenta na actualidade, sobretudo no que concerne à sua estrutura actual e seu estilo multidisciplinar, conduz a alguma dificuldade quanto à sua conceptualização e elaboração de definições de “**Turismo**”. Esta situação originou uma panóplia de definições, cada uma delas destacando determinados aspectos distintos do turismo. Decorre, deste facto, que não há uma definição correcta ou incorrecta do turismo. Todas elas contribuem para um melhor entendimento do que é a realidade do turismo.

Tudo indica que o termo turismo tenha surgido no século XVIII e XIX, como se referiu anteriormente, mas a sua conceptualização e abordagem como fenómeno só se iniciasse no início do século XX (Ruiz e Armand, 1998).

Montejano (1991:17) considera que o “Fenómeno turístico é uma actividade humana baseada numa série de disciplinas relacionadas com as ciências sociais e humanidades. Um fenómeno vinculado directamente com o tempo livre e com a cultura do ócio”.

Deste pequeno segmento de texto podemos retirar uma primeira conclusão de que o turismo é um fenómeno pluridisciplinar que pode ser objecto de análise por várias disciplinas, e que qualquer tentativa para definir e descrever o que é o turismo na sua amplitude deve ser feito tendo em consideração as diferentes áreas que tem uma participação no turismo e são por ele influenciadas.

Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT) o “Turismo compreende as actividades que realizam as pessoas durante as suas viagens e estadias em lugares distintos da sua residência habitual (OMT, 1998:9). Esta definição traduz, com alguma amplitude, o significado e entendimento do turismo na actualidade. Porque, na sua essência, o turismo é um binómio definido por dois parâmetros muito concretos que integra pessoas e viagens. Pessoas que saem dos seus locais de residência habitual e viajam para outros lugares com motivações diversas, nomeadamente a busca de descanso e a procura de conhecimentos de outras realidades que abarcam diversas áreas que passam pela cultura, património, recursos naturais, diversão, entre outras.



## 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

Outros autores entendem que “ O turismo é um dos fenómenos que melhor caracteriza o modo das sociedades modernas, constituindo uma consequência de necessidades nos domínios do lazer, da cultura, da religião, da actividade profissional e do conhecimento de outras terras e de outros povos” (Costa, Rita e Águas, 2001:2). Consideramos, então, um fenómeno directamente vinculado com o tempo livre e com a cultura do ócio.

A afirmação supra citada revela a importância que o turismo ocupa na sociedade actual e funciona como um veículo de satisfação de diversas necessidades das pessoas que são, muitas vezes, recorrentes do ritmo “desenfreado” que, actualmente, se vive nos países mais desenvolvidos.

Jordi Montejano (1991:17) define turismo como a “teoria e a prática de todas as actividades relacionadas com a atracção, prestação de serviços e satisfação das necessidades dos turistas. O turismo é fundamentalmente um conjunto de técnicas baseadas em princípios científicos que têm como finalidade prestar uma série de serviços à pessoa, que dedica o seu tempo livre a viajar”.

Esta definição, confrontada com as anteriores, apresenta um conteúdo substancialmente diferente. Parece-nos um conceito que “pretende fornecer um instrumento teórico que permita identificar as características essenciais do turismo” (Cunha, 2001:30).

Na sequência do que foi descrito anteriormente, julgamos importante apresentar algumas definições colaterais do “fenómeno turístico”.

Já aqui referimos que a palavra **Turista** era empregada a todos aqueles que viajavam pelo simples prazer ou para alargar os seus conhecimentos. Não eram considerados turistas aqueles que viajavam por motivos profissionais ou religiosos.

À medida que o fenómeno turístico foi evoluindo, as viagens tornaram-se cada vez mais acessíveis a maiores camadas da população. Os motivos dessas viagens foram-se alargando de maneira que se tornou difícil distinguir as pessoas que viajam pelo simples prazer daquelas que viajam por outros motivos (Cunha, 2001).

Entendemos que para alguém ser considerado turista tem de satisfazer duas condições, quais sejam a deslocação e a residência. Uma pessoa só é considerada turista se se deslocar para fora do seu local de residência habitual e aí permanecer por um período que ficou convencionalmente não inferior a 24 horas (Ignarra, 2001).



## 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

A fixação de uma definição de turista que a complexidade que o turismo induz torna difícil “enquadrar no mesmo conceito realidades, por vezes, muito distintas mas com pontos comuns inseparáveis e gerando fenómenos semelhantes mas nem sempre produzindo resultados iguais” (Cunha, 1997:4).

A elaboração de uma primeira definição de turista ocorreu em 1937, elaborada pela Comissão Económica da Sociedade das Nações Unidas que considerava turista toda a pessoa que viaja para um país diferente do da sua residência habitual, por um período superior a 24 horas (Cunha, 1997). Esta definição acentua o facto de se abranger, apenas, quem viaja para fora do seu país habitual de residência. Não engloba as viagens efectuadas dentro das próprias fronteiras. Em nosso entender, porque o turismo implica uma deslocação, quem viaja dentro do seu país de residência também pode e deve ser considerado turista.

O termo turista foi adoptado, em 1954, pela Organização das Nações Unidas (ONU) que considerou turista “ toda a pessoa, sem distinção de raça, sexo língua e religião, que entre num território diferente do da sua residência habitual e nele permaneça por um período mínimo de 24 horas e máximo de 12 meses, com finalidade de recreio, desporto, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas que não tenham motivações de imigração” (Ignarra, 2001:25).

Em 1968, a Comissão de Estatísticas de ONU, na sequência da primeira Conferência Intergovernamental sobre o Turismo, realizada em Roma, em 1963, adoptou com base no conceito de turismo e para fins estatísticos, o termo geral de “**Visitante**” internacional que considera toda e qualquer pessoa que visita um país que não seja o da sua residência habitual por qualquer motivo excepto o de manter exercer uma ocupação remunerada no país visitado (Lickorish e Jenkins, 1997) (OMT, 1995).

De acordo com esta Organização, os visitantes são considerados “*turistas*” quando permanecem pelo menos 24 horas no local visitado e os motivos das viagens podem ser, entre outros, de lazer, repouso, férias, saúde, estudo, religião ou desporto. Nesta categoria de visitantes são considerados, ainda, os “*excursionistas*” ou visitantes temporários, todos os que permanecem no local visitado menos de 24 horas.



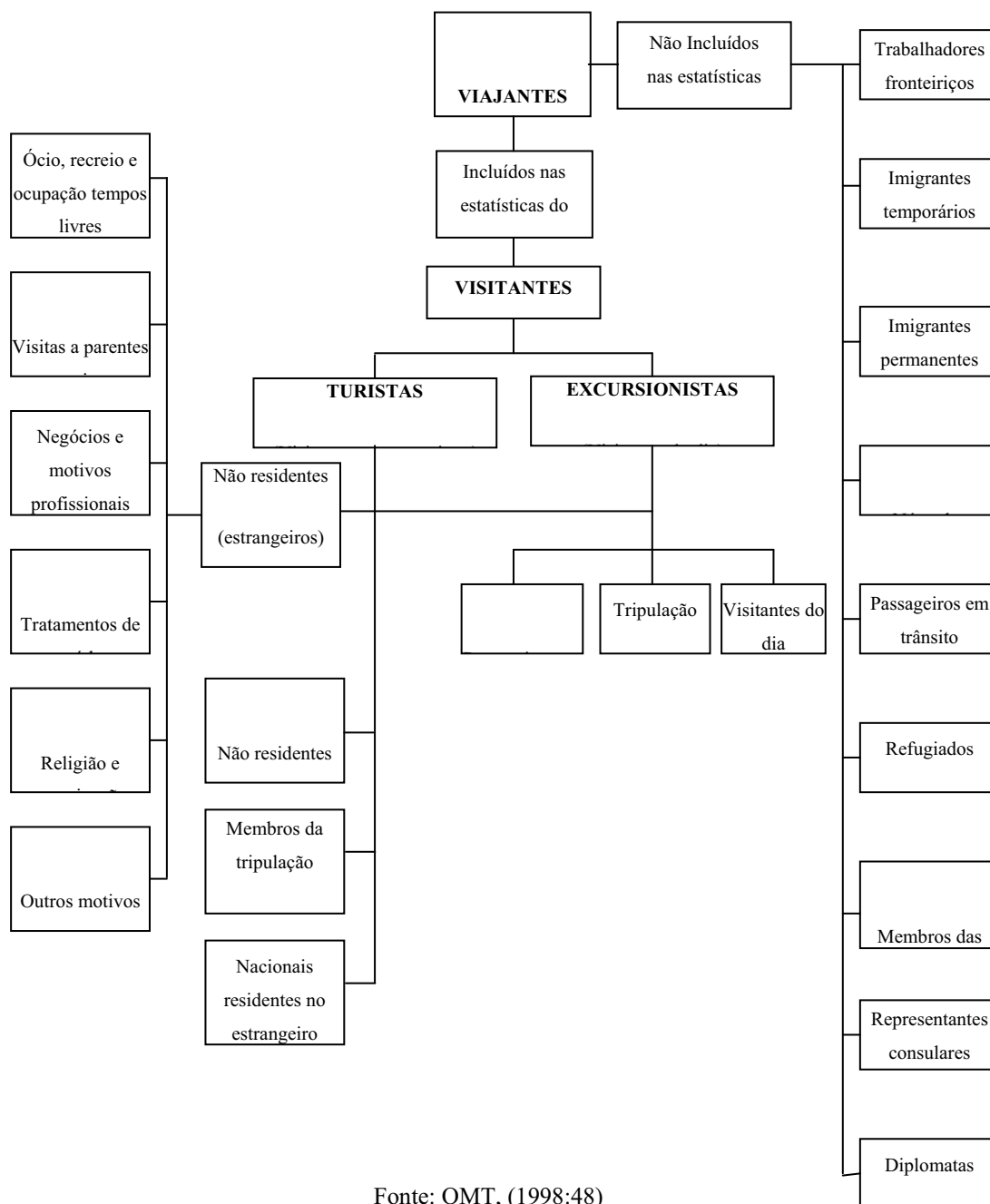
# 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

A leitura da figura n.º 1 evidencia, simultaneamente, a nomenclatura de classificação dos viajantes internacionais elaborada pela OMT e esquematiza alguns elementos relativos às diferentes componentes que englobam os diversos conceitos.

Figura n.º 1 – Classificação dos visitantes Internacionais



Fonte: OMT, (1998:48)



## **16º Congresso da APDR**

**Universidade da Madeira, Funchal**

**Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010**

Pelo que ficou descrito anteriormente, podemos concluir que é de facto difícil definir turismo e encontrar um conceito que abarque todos os aspectos desta actividade. A própria natureza da actividade turística, que resulta de um complexo de inter-relações entre diferentes factores que é necessário apreender, dificulta a elaboração de um conceito universal de turismo. A OMT (2002) reconhece que o turismo constitui actualmente uma actividade económica com correntes de investigação tão ricas quanto inexploradas, importando assim a criação e sistematização de metodologias de investigação. Posto isto, complementando toda uma importância económica, o turismo reúne possibilidades várias ao nível motivacional.

As práticas turísticas são conducentes a oferecer ao turista a possibilidade de ocupar o seu tempo livre, ócio e período de férias com um conjunto de actividades em que o próprio seja agente activo e passivo da própria actividade turística (Montejano, 1991).

As pessoas viajam pelos mais diversos motivos: umas para conhecer novos povos e civilizações (Ex. Tibete, Índia), outras para observar/estudar grandes centros arqueológicos que são testemunho de civilizações passadas. Existe, ainda, outras pessoas que se preocupam em assistir a eventos musicais, por exemplo. Há uma motivação comum nestes tipos de viajantes, ou seja, razões culturais.

Existe, ainda, a mobilidade enquadrada no turismo mas relacionada com pessoas que viajam por motivos de saúde, trabalho, visitas a amigos, etc. As deslocações podem ser feitas a diversos locais onde se encontram os factores que determinaram a sua visita. Existe, assim, uma relação directa entre os motivos que levam as pessoas a viajar e as características dos diversos destinos. Um destino pode, simultaneamente, pelas suas características e pela diversidade de atractivos que oferece, corresponder a motivações culturais, profissionais e outras (Cunha, 2001).

Apesar de as pessoas viajarem por razões de diversa índole, e muitas vezes sejam comuns a grande número de viajantes, é possível estabelecer algumas tipologias de turismo, segundo as motivações da viagem e das características dos destinos turísticos (Cunha, 2001).

Apresentamos, assim, alguns tipos de Turismo, decorrentes das motivações dos viajantes e das suas intenções no acto de se deslocarem.



## 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

O primeiro tipo de turismo que se apresenta é o “**Turismo de Recreio**”. Este, é praticado por pessoas que se deslocam, principalmente, para “mudar de ares”, para desfrutar da natureza e paisagens, ou viajam para as grandes cidades ou centros turísticos à procura das suas distrações. A procura de melhores condições climatéricas os banhos de “sol e praia” fazem parte das motivações dos turistas que praticam este tipo de turismo (Cunha, 2001). Entendemos que é um tipo de turismo na sua forma mais simples.

Há pessoas cujas motivações para se deslocarem pretendem atingir outros objectivos, nomeadamente, o repouso físico e mental praticando, desta forma, “**Turismo de Repouso**”. O stress e o desgaste provocado pela actividade diária levam à procura de lugares tranquilos para terem acesso ao repouso que esses locais propiciam. O campo, as termas, os “*health resort*”s constituem locais onde se pode encontrar um conjunto de serviços que satisfazem as solicitações dos turistas. O turista é, normalmente, oriundo dos grandes centros urbanos (Cunha, 1997).

De igual modo o património cultural conduz as pessoas a deslocarem-se e a praticarem actividades que se designam de “**Turismo Cultural**”, considerado uma das modalidades mais antigas do turismo (Moreno, 1997).

Por turismo cultural entendem-se, todas as actividades que são desenvolvidas pelos turistas com o objectivo de aumentar a sua cultura. Podem incluir-se todas as viagens motivadas pelo desejo de conhecer coisas novas, hábitos e modos de vida de outros povos, outras civilizações e culturas (Montejano, 1991). Os centros culturais, monumentos religiosos, locais onde se desenvolveram grandes civilizações ou fenómenos naturais ou geográficos constituem os destinos de eleição dos turistas (Cunha, 1997). As actividades associadas a este tipo de turismo enfatizam os estilos de vida do passado que são representados através de desempenhos e festivais (Baptista, 1997)

O exercício de actividades desportivas arrasta multidões de diferentes grupos etários estratos sociais. Algumas destas actividades desportivas são, tradicionalmente, associadas ao turismo (Moreno, 1997). Os fluxos que se geram em torno das actividades turísticas dão origem ao designado “**Turismo Desportivo**”, em fase de grande expansão



## 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

desde o aparecimento de novas modalidades de desporto, sobretudo de desporto aventura. As motivações para a prática do turismo desportivo podem ser o prazer de assistir a eventos desportivos (Corridas de Fórmula 1, Jogos Olímpicos, Campeonatos de atletismo) ou o desejo de praticar uma ou mais das actividades desportivas existentes (desportos náuticos, de Inverno, Caça e Pesca, Golf) (Cunha, 1997).

Noutra ordem de motivações, para viajar encontram-se as pessoas que viajam por razões profissionais e económicas associando, desta forma, a sua actividade às práticas turísticas que são denominadas de “**Turismo de Negócios**”. Esta modalidade de turismo ocorre, normalmente, em grandes centros urbanos com tradições industriais, científicas, comerciais e culturais (Montejano, 1991) e o seu desenvolvimento está ligado à existência de forte actividade económica e empresarial (Moreno, 1997). Este tipo de turismo ganha cada vez mais significado, na medida em que associa o factor trabalho ao ócio e lazer. Apesar da actividade comercial não ser uma actividade turística propriamente dita tem, contudo, uma estreita ligação com o turismo. Esta ligação estabelece-se com as actividades paralelas que se realizam em torno do comércio, nomeadamente o alojamento, transporte, actividades de restauração, culturais, etc. (Cunha, 1997).

Os colóquios e simpósios de carácter científico por se realizarem habitualmente em grandes centros urbanos, enquadram-se no denominado “**Turismo de Reuniões e Congressos**” que coincide, muitas vezes, com o turismo de negócios. Nesta última modalidade o turista desloca-se, normalmente sozinho, a um país e localidade específica para assistir a reuniões de trabalho, enquanto que no turismo de reuniões e congressos são encontros entre profissionais com interesses comuns e habitualmente acompanhados (Moreno, 1997).

De acordo com os autores a que temos feito referência na classificação dos tipos de turismo, o “**Turismo Étnico e de carácter Social**” abrange essencialmente as viagens com finalidades e motivações em conhecer e observar a cultura e modos de vida de povos exóticos. Estas actividades incluem visitas às casas, observação dos rituais e cerimónias realizadas no seio da comunidade onde os turistas entram numa relação muito próxima com os residentes locais (Baptista, 1997). Este tipo de turismo inclui deslocações de pessoas a comunidades que têm características culturais e étnicas



## 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

distintas das sociedades consideradas urbanas, por exemplo, os esquimós, bosquímanos, javaneses, etc. Tendo em consideração as motivações que estão na base deste tipo de turismo, parece-nos evidente que podemos afirmar que este tipo de turismo tem características muito semelhantes com o turismo cultural.

Nos últimos anos, o meio rural converteu-se num espaço cada vez mais atractivo e propício à realização de actividades turísticas. Servidos por grande diversidade de recursos físicos, ecológicos e culturais e por grandes potencialidades de aproveitamento recreativo, os espaços rurais permitem uma variedade de actividades turísticas que têm em comum o desejo do turista de desfrutar da natureza (Blasco, 2001). No espectro de actividades encontra-se o “**Turismo em espaço Rural**”. Este é constituído por actividades que se realizam em contacto com o campo, em ambientes de pequenas povoações rurais.

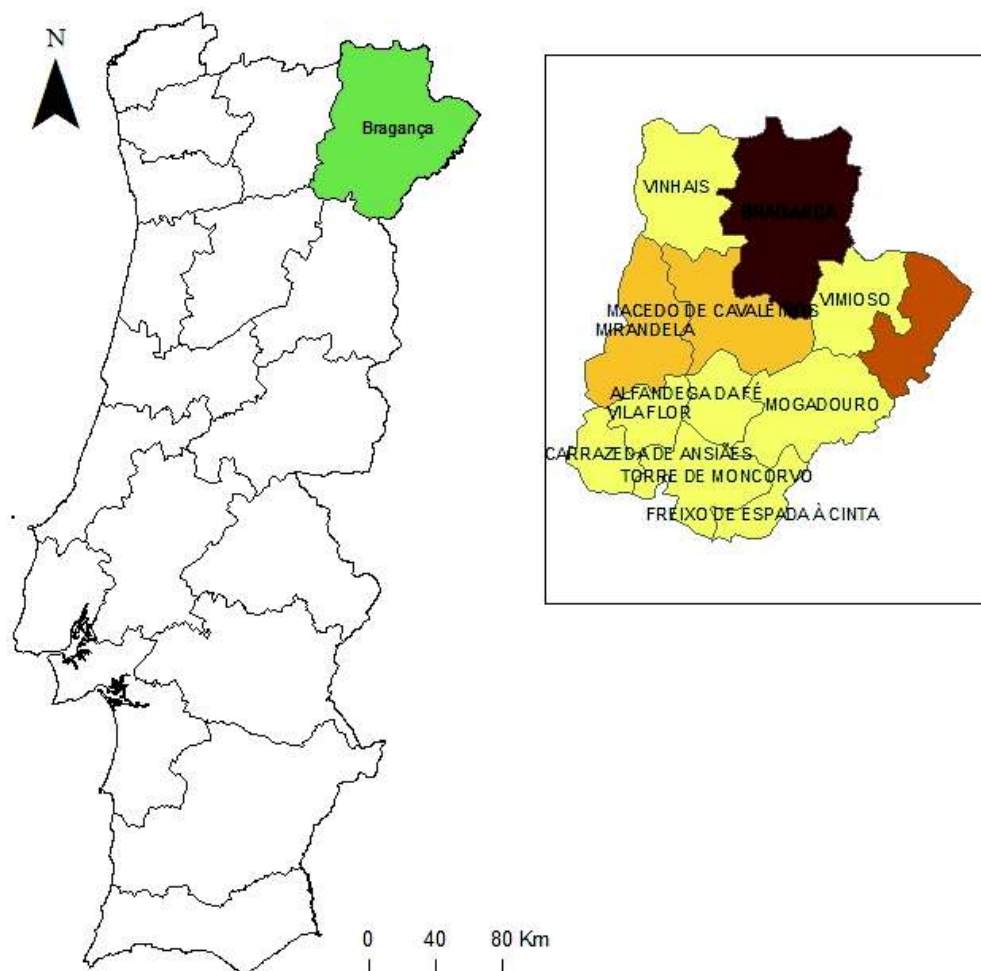
Estas actividades têm como objectivo e motivação o contacto com a vida rural e o conhecimento e participação nas actividades agrícolas. Podem incluir visitas pelo campo, para conhecer a fauna e flora do local e a prática de alguns desportos e actividades com estreita ligação ao ambiente rural.

Em estreita e similar comunhão com o turismo em espaço rural encontram-se as actividades turísticas realizadas em espaços naturais e de montanha. A contemplação da natureza como um recurso estético e mais tarde turístico não é algo recente. A apreciação da natureza é uma prática com raízes antigas, provavelmente no Renascimento (Timón e Nardi, 2001). As actividades turísticas em espaços naturais são denominadas de **Turismo Natureza**, cuja motivação principal é o desejo de regresso à natureza, contacto com meio natural e fuga ao ambiente urbano (Cunha; 2001).

### **Distrito de Bragança – Dinâmicas turísticas**

O distrito de Bragança localiza-se na Região de Trás-os-Montes (Figura n.º 2). Abrange os municípios de Alfandega da Fé, Bragança (capital de distrito), Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso e Vinhais.

Figura n.º 2 - Localização do Distrito de Bragança



Trata-se de uma região com características marcadamente rurais com dinâmicas sócio demográficas muito específicas. As alterações sociais económicas ocorridas ao longo das últimas décadas tiveram reflexos consideráveis neste território rural. Dificuldades de adaptação às novas tecnologias, desequilíbrios demográficos, êxodo rural com o consequente despovoamento de alguns aglomerados populacionais.

“Estes territórios partilham de uma situação regressiva onde [alguns] indicadores básicos, [nomeadamente] de actividade e demográficos são muito precários” (Coimbra, 2002:28).



É, portanto, de um espaço que sofreu, durante décadas, perdas de efectivos humanos e enfrentam, actualmente, grande e preocupante despovoamento e onde se acentua o periferismo geográfico.

“Neste território (...) a actividade económica é caracterizada pelo domínio ainda significativo de um sector agrário escassamente modernizado, pela grande diversidade intersectorial mas com padrões de inovação e organização pouco competitivos: a estrutura empresarial é, fundamentalmente, de carácter familiar e dominada por pequenas e mesmo por microempresas, não existindo, por isso, uma densidade de rede capaz de promover o aparecimento de um número significativo de empresas consistentes nem de estruturas de apoio às empresas que promovam o seu progressivo amadurecimento.” (Ribeiro e Mergulhão, 2000: 1)

### **Oferta e Procura Turística no Distrito de Bragança**

Como é do conhecimento geral o desenvolvimento turístico de uma região depende, em larga escala, dos recursos existentes e que possam ser utilizados directa ou não directamente na actividade turística. Por outro lado, o turismo, pelas suas características, estabelece relações de grande proximidade com actividades humanas e com o meio ambiente que serve de palco para o seu desenvolvimento.

O grande crescimento que se verificou no turismo, nas últimas décadas, teve reflexos no aumento e diversificação do alojamento e aparecimento de novos fluxos de turistas.

No contexto do mercado de turismo, o funcionamento das suas forças – procura e oferta - exige uma análise e compreensão em relação aqueles domínios.

A procura turística está intimamente relacionada com a tomada de decisão que as pessoas realizam quando planificam as suas actividades de ócio (OMT, 1998).

Na sua forma física a procura turística pode ser entendida como todas as viagens que as pessoas realizam para fora do seu ambiente habitual de residência em direcção a outro local que dão origem aos fluxos turísticos e cuja medição é efectuada pelas chegadas dos visitantes, excursionistas e turistas e pelas dormidas nos meios de alojamento (Cunha, 2001).



## 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

“A multiplicidade de motivações que está na origem das deslocações e as características peculiares das necessidades dos viajantes não permitem delimitar claramente os contornos da oferta turística.

Em qualquer outro mercado é relativamente fácil determinar os bens que são objectos de procura mesmo que se trate de bens imateriais, mas já o mesmo não acontece com o mercado turístico onde coexistem consumos que por um lado, satisfazem, simultaneamente, necessidades turísticas e não turísticas e, por outro lado, incidem sobre bens ou serviços produzidos, exclusivamente em função das necessidades dos residentes. Daqui resulta que são múltiplas e variadas as componentes da oferta turística e, em muitos casos, algumas delas não são incluídas no turismo por se destinarem a produzir bens e serviços que não têm como objectivo a satisfação de necessidades turísticas” (Barbosa, 2005: 109).

Neste sentido, o conceito de oferta turística reveste-se de contornos indefinidos, podendo entender-se em, sentido lato, como “quaisquer bens e serviços que satisfaçam necessidades turísticas” (Matias, 2007:126). Assim, a oferta turística de um destino, seja um país, uma região ou uma localidade é composta por um conjunto de elementos de diversa natureza (Cunha, 2002), identificando duas componentes fundamentais:

- Recursos Naturais: elementos de natureza, entre outros, clima, a flora, a fauna, as praias as montanhas
- Acolhimento: tipo de organização e envolvimento institucional.

Como refere Matias (2007), se o elemento natural está presente nas diversas formas de turismo – praia, neve, montanha, o elemento de acolhimento está intrínseco a cada um deles.

Nesta fase, deste trabalho, pretendemos efectuar uma análise das dinâmicas turísticas do distrito de Bragança numa perspectiva da oferta e procura turística. Para a sua concretização procedeu-se à recolha de informação estatística, no Instituto Nacional de Estatística, que permitiu uma análise do turismo na dupla vertente, de oferta e procura turística. O período em análise reporta-se aos anos de 2006, 2007 e 2008.



## 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

Salientamos que aquando da compilação da informação junto das fontes oficiais não foi possível obter alguns dados devido ao segredo estatístico<sup>1</sup>.

As tabelas seguintes (n.º 1, 2, 3, 4, 5 e 6<sup>2</sup>) conjugam alguns dados estatísticos do turismo, nos concelhos inseridos no distrito de Bragança.

No que concerne à oferta turística o “número de estabelecimentos”, correspondia, em 2006 (tabela n.º 1), a 40 unidades distribuídas pelos diferentes concelhos. Bragança detinha 14 estabelecimentos, Miranda do Douro com 8 unidades, Mirandela com 5 estabelecimentos, segue-se o concelho de Macedo de Cavaleiros com 4 unidades, Mogadouro e Torre de Moncorvo registaram 3, Vimioso com 1 estabelecimento. Carraceda de Ansiães, Vila Flor e Vinhais não detinham nenhuma unidade hoteleira em 2006.

Tabela n.º 1 – Indicadores do turismo no Distrito de Bragança

Indicadores	Ano de 2006												
	Total	A. FÉ	BRA	C. ANS	F.E.C	M.CAV	M. DOU	MIR	MOG	MON	V. FLOR	VIM	VIN
N.º de Estabelecimentos	40	2	14	*	*	4	8	5	3	3	*	1	*
Capacidade de Alojamento	2624	76	1318	*	*	170	340	456	103	139	*	22	*
<i>Dormidas Totais</i>	167513	*	79085	*	*	6078	20694	39273	4260	18123	*	*	*
Dormidas Nacionais	146313	*	64952	*	*	5435	16826	37151	3875	18074	*	*	*
Dormidas Estrangeiros	18062	*	11651	*	*	570	3698	1751	360	32	*	*	*
Permanência Média	8,4	*	1,3	*	*	2,2	1,3	1,3	1,3	1	*	*	*
Taxa de Ocupação-Cama *		*	16,4	*	*	9,7	18,5	23,4	11,8	35,7	*	*	*

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A capacidade de alojamento - número de camas oferecidas - é outro indicador da análise da oferta turística que estamos a efectuar e evidencia que nos diferentes concelhos existe uma situação bem diferenciada. Com efeito a “capacidade de alojamento”, em 2006, totalizou 2624 camas.

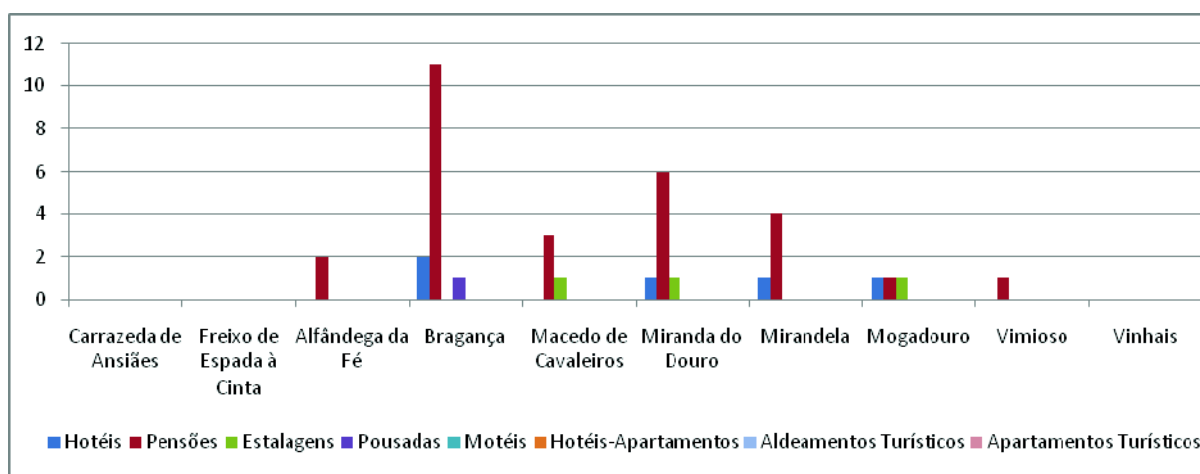
<sup>1</sup> A Lei n.º 22/2008 de 13 de Maio Lei do Sistema Estatístico Nacional, refere no Artigo 6.º que “o segredo estatístico visa salvaguardar a privacidade dos cidadãos e garantir a confiança no [Sistema Estatístico Nacional] (SEN) “. De maneira salvaguardar o princípio do segredo estatístico, o INE não divulga dados estatísticos cujos indicadores sejam inferiores a três unidades.

<sup>2</sup> As abreviaturas dos concelhos que constam nas tabelas são: A.FÉ (Alfandega da Fé); BRA (Bragança); C.ANS (Carraceda de Ansiães); F.E.C (Freixo de Espada à Cinta); M.CAV (Macedo de Cavaleiros); M.DO (Miranda do Douro); MIR (Mirandela); MOG (Mogadouro); MON (Moncorvo); V.FLOR (Vila Flor); VIM (Vimioso); VIN (Vinhais).

O número de camas em Bragança era de 1318 (tabela n.º 1), Mirandela com 456 camas, Miranda do Douro oferecia 340 camas, Macedo de Cavaleiros registou uma capacidade de alojamento de 170 camas, Torre de Moncorvo com 139, Mogadouro os valores cifram-se em 103 camas, Alfandega da Fé detinha 76 camas e Vimioso registou 22 camas.

Na sequência da análise que estamos a efectuar apresentamos, a seguir, a tipologia de alojamento existente no distrito de Bragança.

**Figura n.º 3 - Tipologia de estabelecimentos hoteleiros no Distrito de Bragança (2006)**



Conforme se pode observar na figura n.º 3 as “pensões” lideram a tipologia de alojamento nos concelhos integrantes do distrito de Bragança, com 28 unidades. Os “hotéis”, em número muito reduzido, estão instalados em Bragança (2 unidades), Miranda do Douro, Mirandela e Mogadouro, com 1 unidade, em cada concelho. Bragança é o único concelho onde tem implementado uma Pousada.

Em 2007 (tabela n.º 2), o “número de estabelecimentos” teve um incremento de duas unidades hoteleiras. Miranda do Douro e Vimioso foram os concelhos onde se verificou aumento de um estabelecimento. Nos restantes concelhos não se observa nenhuma alteração.

**Tabela n.º 2 - Indicadores do turismo no Distrito de Bragança**

Indicadores	Ano de 2007												
	Total	A. FÉ	BRA	C. ANS	F.E.C	M.CAV	M. DOU	MIR	MOG	MON	V. FLOR	VIM	VIN
N.º de Estabelecimentos	42	2	14	*	*	4	9	5	3	3	*	2	*
Capacidade de Alojamento	2665	76	1266	*	*	172	409	456	101	147	*	38	*

<i>Dormidas Totais</i>	177102	*	84673	*	*	5255	22746	40318	3979	20131	*	*	*
Dormidas Nacionais	155089	*	70742	*	*	4589	19128	37252	3754	19624	*	*	*
Dormidas Estrangeiros	22013	*	13931	*	*	666	3618	3066	225	507	*	*	*
Permanência Média	8,9	1	1,3	*	*	1,6	1,3	1,4	1,2	1,1	*	*	*
Taxa de Ocupação-Cama		3,8	18,4	*	*	8,3	17,6	24,2	11,2	38,2	*	*	*

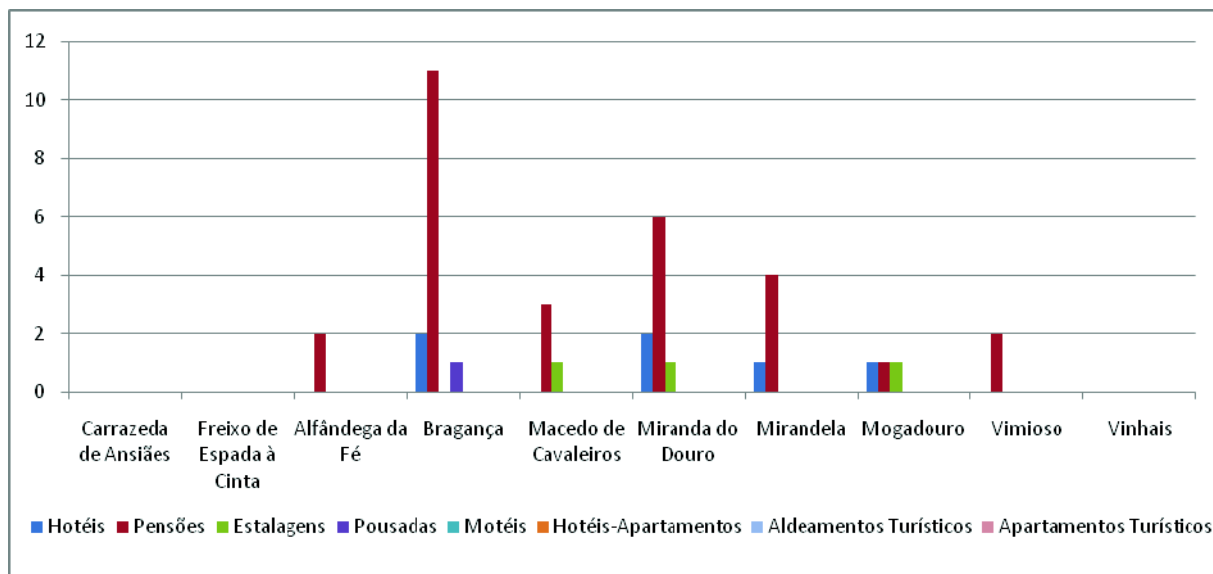
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Relativamente à “capacidade de alojamento”, em 2007, ocorreram alterações face a 2006. Este indicador aumentou cerca de 2%, traduzindo-se para 2665 camas naquele ano.

Macedo de Cavaleiros (172 camas), Miranda do Douro (409 camas), Mogadouro (101 camas), Torre de Moncorvo (147 camas), e Vimioso (38 camas) são os concelhos onde ocorreram aumentos, embora não muito elevados. Salienta-se Bragança cuja “capacidade de alojamento” reduziu para 1266 camas.

Analisando agora a tipologia de estabelecimentos (figura n.º 4), em 2007, verifica-se que ocorreu um aumento de duas unidades, em 2007.

**Figura n.º 4 - Tipologia de estabelecimentos hoteleiros no Distrito de Bragança (2007)**



O incremento ocorreu nos “hotéis” e “pensões” que continuam a ser a tipologia dominante no distrito de Bragança. Nas restantes categorias de alojamento não se verificam alterações quer em número, quer na localização.



## 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

Continuando a análise da oferta turística, agora para o ano de 2008 pode observar-se na tabela n.º 3 que o “número de estabelecimentos” sofreu uma diminuição para 40 unidades.

Tabela n.º 3 - Indicadores do turismo no Distrito de Bragança

Indicadores	Ano de 2008												
	Total	A. FÉ	BRA	C. ANS	F.E.C	M.CAV	M. DOU	MIR	MOG	MON	V. FLOR	VIM	VIN
N.º de Estabelecimentos	40	2	13	1	*	3	9	5	3	2	*	2	*
Capacidade de Alojamento	2529	74	1202	27	*	128	429	456	98	81	*	34	*
<i>Dormidas Totais</i>	157840	*	83664	*	*	4262	21816	43976	4122	*	*	*	*
Dormidas Nacionais	136679	*	70858	*	*	4042	16673	41449	3657	*	*	*	*
Dormidas Estrangeiros	21161	*	12806	*	*	220	5143	2527	465	*	*	*	*
Permanência Média	8,3	*	1,2	*	*	1,6	1,8	1,8	1,9	*	*	*	*
Taxa de Ocupação-Cama		*	19,3	*	*	8,9	15,1	26,4	12,6	*	*	*	*

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

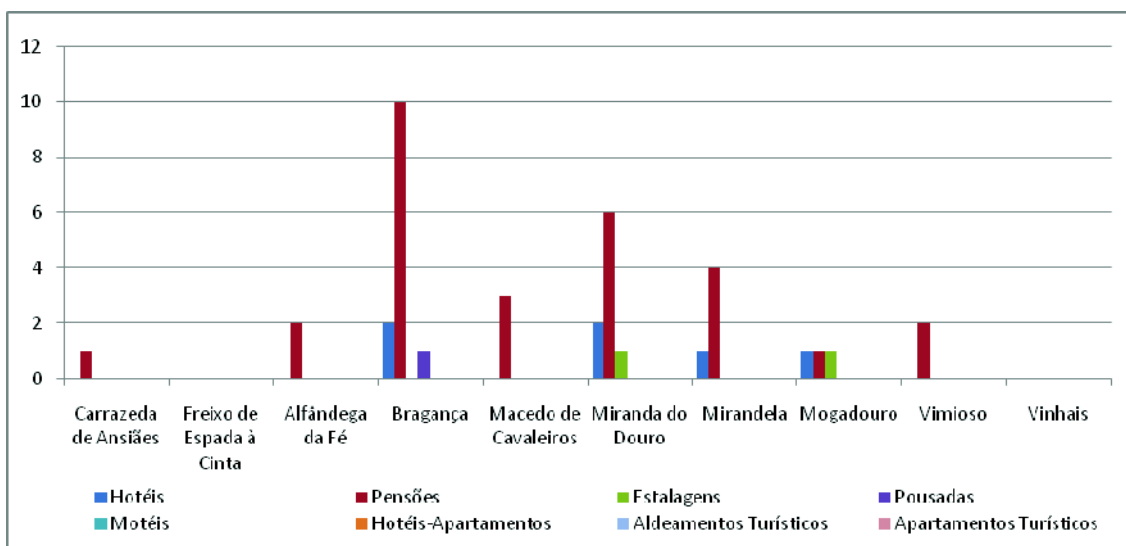
De salientar que Carrazeda de Ansiães regista um estabelecimento hoteleiro em 2008. Bragança e Macedo de Cavaleiros são os concelhos onde se verifica uma diminuição nas unidades hoteleiras. Nos restantes concelhos não se verifica qualquer alteração.

O número de camas oferecidas completa a nossa análise da oferta turística para o ano de 2008.

Neste ano, o indicador “capacidade de alojamento” evidenciou uma ligeira quebra em relação aos anos anteriores com um total de 2529 camas no distrito. Como se pode observar nos quadros, Alfandega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro, Torre de Moncorvo, e Vimioso são os concelhos onde se verificou uma diminuição no número de camas. Carrazeda de Ansiães passa a ter uma capacidade de 74 camas. Em Miranda do Douro o número de camas subiu para 428. Em Mirandela não se observam alterações.

Como se ilustra na figura n.º 5 a tipologia de estabelecimentos hoteleiros, em 2008, continua a ser as “pensões”. Verifica-se que nos diferentes concelhos o número de pensões existentes era de 29 estabelecimentos.

Figura n.º 5 - Tipologia de estabelecimentos hoteleiros no Distrito de Bragança (2008)



Os “hotéis” perfazem 6 unidades, as estalagens distribuem-se pelos concelhos de Miranda do Douro e Mogadouro e nas “pousadas” o valor cifra-se em 1 unidade, existente em Bragança. As restantes tipologias de alojamento continuam a não ter qualquer implementação no distrito.

Um aspecto a destacar em relação a este indicador é a não existência de estabelecimentos da tipologia Motéis, Hotéis-Apartamentos, Aldeamentos turísticos e Apartamentos turísticos. Estas categorias de alojamentos têm maior expressão na região do Algarve (Batista, 2007).

Na sequência do anteriormente apresentado, passamos a analisar a procura turística alicerçada nos indicadores de “Dormidas” (Totais, Nacionais e Estrangeiros), “Permanência Média” e Taxa de Ocupação-Cama”, para os mesmos anos.

Pela leitura das tabelas seguintes (n.º 4, n.º 5 e n.º 6) pode observar-se que ocorreu uma evolução positiva entre 2006, com 167 513 dormidas e 2007 que totalizou 177 102 dormidas. Em 2008 ocorreu uma diminuição nas dormidas que totalizou 157 840.

Tabela n.º 4 - Indicadores do turismo no Distrito de Bragança

Indicadores	Ano de 2006												
	Total	A. FÉ	BRA	C. ANS	F.E.C	M.CAV	M. DOU	MIR	MOG	MON	V. FLOR	VIM	VIN
<i>Dormidas Totais</i>	167513	*	79085	*	*	6078	20694	39273	4260	18123	*	*	*



## 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

Dormidas Nacionais	146313	*	64952	*	*	5435	16826	37151	3875	18074	*	*	*
Dormidas Estrangeiros	18062	*	11651	*	*	570	3698	1751	360	32	*	*	*
Permanência Média	8,4	*	1,3	*	*	2,2	1,3	1,3	1,3	1	*	*	*

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Em 2006 (tabela n.º 4) o número total de dormidas per fez 167513 das quais 146313 correspondem a nacionais e 18062 são de ocupação estrangeira. É evidente o domínio dos turistas nacionais que representam a maior procura no distrito. As dormidas de estrangeiros são manifestamente inferiores. Relativamente aos concelhos a dinâmica destes indicadores apresenta valores diferenciados em 2006.

Em Bragança o número de “dormidas totais” alcançou 79085, destas 64952 nacionais e 11651 estrangeiros. Mirandela obteve 39273 “dormidas totais” – 37151 nacionais e 1751 estrangeiros. Miranda do Douro registou 392 273 “dormidas totais” – 37151 do mercado nacional e 1751 de origem estrangeira. Com 18123 “dormidas totais” – 18074 nacionais e, apenas 32 estrangeiros são os valores que se observam em Torre de Moncorvo. Segue-se Macedo de Cavaleiros cujas “dormidas totais alcançaram 6078 – 5435 nacionais e 570 estrangeiros. Finalmente, o concelho de Mogadouro que obteve 4260 “dormidas totais” das quais 3875 são de origem nacional e 360 do mercado estrangeiro.

Em relação à “permanência média”, a informação da tabela permite observar que este indicador foi de 8,4 dias. Macedo de Cavaleiros registou o valor mais elevado com uma média de 2,2 dias.

Tabela n.º 5 - Indicadores do turismo no Distrito de Bragança

Indicadores	Ano de 2007												
	Total	A. FÉ	BRA	C. ANS	F.E.C	M.CAV	M. DOU	MIR	MOG	MON	V. FLOR	VIM	VIN
Dormidas Totais	177102	*	84673	*	*	5255	22746	40318	3979	20131	*	*	*
Dormidas Nacionais	155089	*	70742	*	*	4589	19128	37252	3754	19624	*	*	*
Dormidas Estrangeiros	22013	*	13931	*	*	666	3618	3066	225	507	*	*	*
Permanência Média	8,9	1	1,3	*	*	1,6	1,3	1,4	1,2	1,1	*	*	*

Fonte: Instituto Nacional de Estatística



## 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

Relativamente ao ano de 2007 (tabela n.º 5) as “dormidas totais” aumentaram em relação a 2006, e totalizam 177 102. Destas 155 089 de origem nacional e 22 013 do mercado estrangeiro.

Bragança com 84 673 “dormidas totais, Mirandela que totalizou 37252 dormidas, Miranda do Douro com 40 318 dormidas totais e Torre de Moncorvo registou 20 131 dormidas, foram os concelhos onde ocorreu um aumento da procura turística.

Nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Mogadouro pode observar-se que as dormidas totais sofreram uma diminuição em 2007. Neste ano o mercado nacional é, também, superior ao estrangeiro.

O indicador “permanência média”, neste ano, foi ligeiramente superior a 2006 ao atingir 8,9 noites.

Tabela n.º 6 - Indicadores do turismo no Distrito de Bragança

Indicadores	Ano de 2008												
	Total	A. FÉ	BRA	C. ANS	F.E.C	M.CAV	M. DOU	MIR	MOG	MON	V. FLOR	VIM	VIN
Dormidas Totais	157840	*	83664	*	*	4262	21816	43976	4122	*	*	*	*
Dormidas Nacionais	136679	*	70858	*	*	4042	16673	41449	3657	*	*	*	*
Dormidas Estrangeiros	21161	*	12806	*	*	220	5143	2527	465	*	*	*	*
Permanência Média	8,3	*	1,2	*	*	1,6	1,8	1,8	1,9	*	*	*	*

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

No ano de 2008 (tabela n.º 6) assistiu-se a uma diminuição na procura turística no distrito de Bragança que registou 157 840 “dormidas totais”. Da mesma forma que nos anos anteriores, a dinâmica destes indicadores foi diferenciada nos concelhos que integram o distrito de Bragança.

Mirandela – 43976 “dormidas totais” - e Mogadouro – 4122 “dormidas totais” - foram os concelhos onde ocorreu uma evolução positiva em relação a 2007.

No conjunto dos concelhos cuja variação foi negativa destaca-se Bragança que totalizou 83664 “dormidas totais”. 70858 correspondem a turistas nacionais e 12806 pertencem ao mercado estrangeiro. Segue-se Miranda do Douro cuja procura turística alcançou 21816 “dormidas totais”, das quais 16673 nacionais e 5143 estrangeiros. Finalmente o concelho de Macedo de Cavaleiros cujas “dormidas totais” perfizeram 4062 - 4042 nacionais e 220 turistas de origem estrangeira. No que concerne à “permanência média” dos turistas pode observar-se que o seu comportamento foi de 8,3 noites



## 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

### Considerações finais

Este trabalho teve como objectivo central efectuar uma análise da oferta e procura turística no Distrito de Bragança. Pelo que foi apresentado, pode concluir-se que neste distrito a oferta turística é manifestamente fraca. A distribuição espacial do alojamento está muito concentrada em alguns concelhos do distrito, nomeadamente em Bragança, Mirandela e Miranda do Douro.

Relativamente à capacidade de alojamento pode verificar-se que o número de camas oferecidas pelos diversos concelhos é igualmente fraca.

Estamos perante uma realidade que nos obriga à constatação de que, embora o distrito de Bragança apresente grandes potencialidades para o desenvolvimento turístico, a oferta de alojamentos turísticos é francamente baixa.

No que concerne à procura turística os dados apresentados evidenciam que é maioritariamente o mercado nacional que demanda o distrito de Bragança. O mercado estrangeiro perde representatividade ao longo do período em análise. Este aspecto faz ressaltar que os nacionais têm um peso bastante importante na mobilidade turística da região.

Esta região, apesar do seu inegável potencial para o turismo é ainda um destino turístico pouco desenvolvido quer em termos de oferta turística quer no que concerne aos fluxos de visitantes, com particular incidência para os estrangeiros. Somos, assim, da opinião que terá que haver uma aposta maior na capacidade de oferta turística no Distrito de Bragança.

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT), de 2009, e do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) o Norte de Portugal deverá ser uma das regiões de maior crescimento turístico no País, com especial destaque em quatro destinos turísticos: Minho, Porto, Douro e Trás-os-Montes. Neste âmbito, para Trás-os-Montes um “processo de desenvolvimento sustentável” deverá basear-se na “Qualificação, na Excelência e na Competitividade e Inovação da sua oferta turística” (PROT, 2009: 291).

Existem três dimensões de dinamização reflectidos em programas de desenvolvimento turístico: acção de natureza transversal (promoção turística regional), acção de enfoque



## 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

territorial (incidência em territórios) e acção nos produtos turísticos prioritários. Nesta última dimensão, segundo o PROT (2009) a região de Trás-os-Montes deve focalizar os seguintes produtos turísticos: Turismo de Natureza, Turismo Náutico, Turismo de Saúde e Bem-estar, Turismo Histórico-cultural.

O combate às dificuldades, ao despovoamento e ao fraco desenvolvimento económico passará pela valorização dos anteriores produtos turísticos e na mobilização de capacidades de desenvolvimento endógeno integrado para que possam alcançar níveis de desenvolvimento idênticos a outras regiões.

A presente e reconhecida situação económica e financeira mundial e nacional não propícia elevadas esperanças para a obtenção de recursos e investimentos externos. No entanto, consideramos possível que a consabida capacidade empreendedora dos naturais da Região trará à liça a vontade reforçada para olhar o futuro com renovada esperança.

Toda a riqueza patrimonial existente no distrito pode constituir uma vantagem e mais-valia para este território e contribuir para o seu desenvolvimento global. Pela sua capacidade de gerar sinergias pode constituir uma base para o desenvolvimento do turismo.

### Referências bibliográficas

BARBOSA, F. F. (2005), “O turismo como um factor de desenvolvimento local e/ ou regional”, in Revista Caminhos de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil.

BATISTA, M. M. (1990), “O turismo na Economia: Uma abordagem técnica, económica social e cultural”, Instituto Nacional de Formação Turística, Lisboa.

BLASCO, M. J. V.; GARCÍA, A. B. *et al.* (1999), “Turismo en Espacios Naturales y Rurales”, Colección Turismo - Escuela Politécnica Superior de Gandía, Universidad Politécnica de Valencia.

COIMBRA, C. (2002), “Região Centro, Alentejo e Extremadura: Um estudo comparativo da região de fronteira”, *Revista de Estudos Regionais – Região Centro*, 1º Semestre, Nº.1 INE-DRC.

COSTA, J.; RITA, P.; ÁGUAS, P. (2001), “Tendências Internacionais em Turismo” Ed.



## 16º Congresso da APDR

Universidade da Madeira, Funchal

Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010

Lidel, Edições Técnicas, Lisboa.

CUNHA, L. (2001), “Introdução ao Turismo”, Editorial Verbo, Lisboa.

CUNHA, L. (1997), “Economia e Política do Turismo”, Ed. McGraw-Hill, Alfragide.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J.R. B.; MCINTOSH, R. W. (2000), “Tourism, Principles, Practices, Philosophies”, 8ª Ed., Canada.

IGNARRA, L. R. (1998), “Fundamentos do Turismo”, 1ª edição, Ed. Pioneira Thomson, S. Paulo.

INE (2008), “Anuário estatístico Região Norte - 2008”, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

INE (2007), “Anuário estatístico Região Norte - 2007”, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

INE (2006), “Anuário estatístico Região Norte - 2006”, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. (1997), “Una Introducción al Turismo”, Ed. Síntesis, Madrid.

MATIAS; Alvaro (2007), “Economia do Turismo. Teoria e Prática”. Instituto Piaget, Lisboa.

MONTEJANO, J. M. (1991), “Estructura del Mercado Turístico”, Editorial Síntesis, Madrid.

MORENO, F.; JAVIER, J. (1997), “Apuntes de Introducción al Turismo”, 1ª Ed., Fundación Cultural Santa Teresa - Escuela Oficial de Turismo de Castilla y León, Ávila.

OMT (1998), “Introducción al Turismo”, 1ª edição, Ed., Organização Mundial do Turismo, Madrid, Espanha.

OMT (1995), “Concepts, Definitions, and Classifications for Tourism Statistics – Technical Manual”, Organização Mundial de Turismo, Madrid.

PROT (2009), “Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte – Relatório”, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto.



RIBEIRO, M.; MERGULHÃO, L. (2000), “Turismo e desenvolvimento das regiões do interior A perspectiva dos autarcas”, IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra.

RUIZ, C. V.; ARMAND, E. H. (1998), “Estructura y Organización del Mercado Turístico”, Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, Madrid, Espanha.